SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Jornal do Judiciário

www.sintrajud.org.br

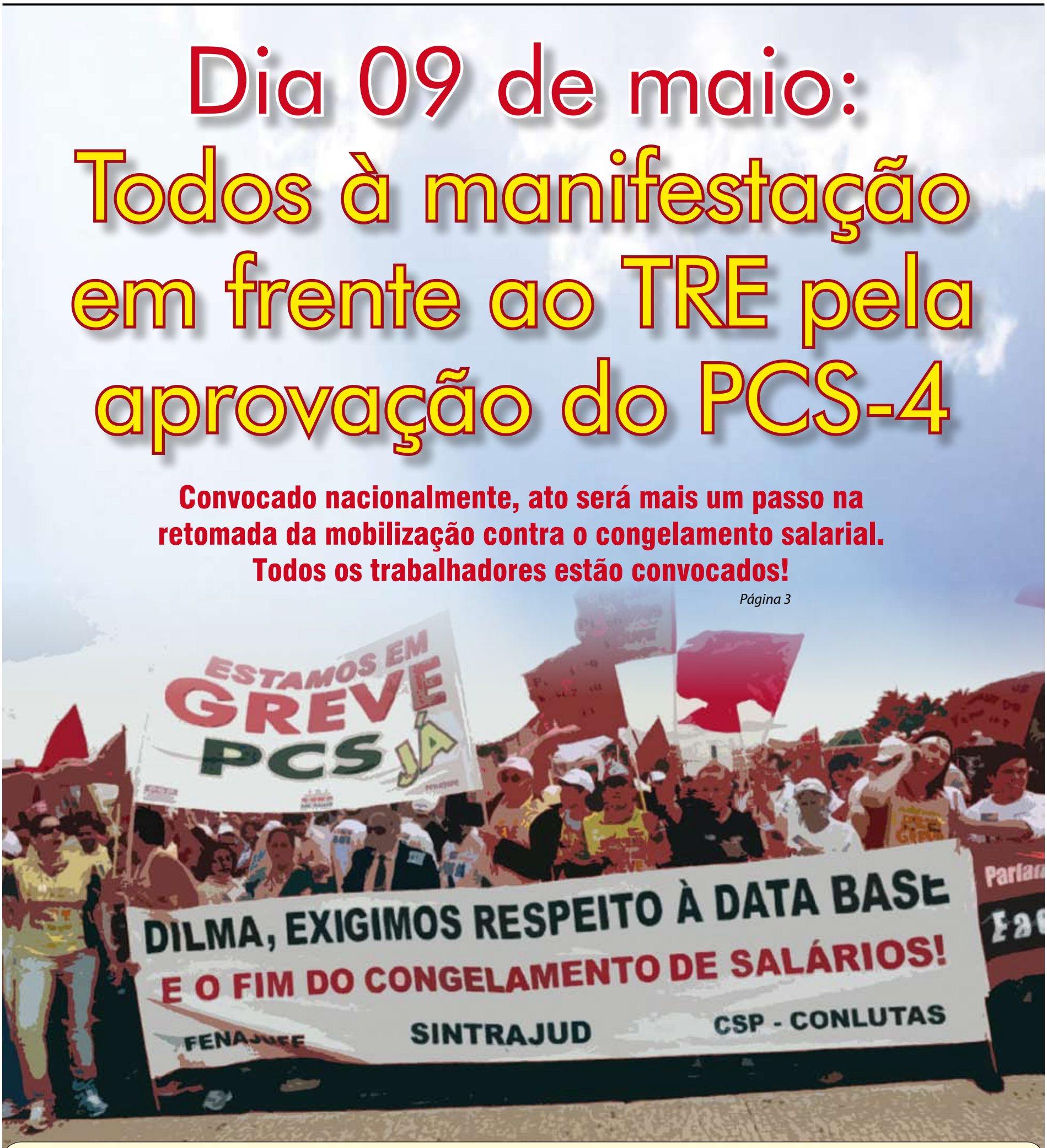
FENAJUFE
CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Quinta-feira, 26 de abril de 2012 | JJ 450 | 13.000 exemplares | Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP | Gestão: Unidade e Luta 2011/ 2014 | Tel.: (11) 3222.5833

Dia 09 de maio: Todos à manifestação em frente ao TRE pela aprovação do PCS-4

Convocado nacionalmente, ato será mais um passo na retomada da mobilização contra o congelamento salarial. Todos os trabalhadores estão convocados!

Página 3



NESTA EDIÇÃO

- **Presidente do TRE tem sua atuação no TJ-SP investigada** *pág. 04*
- **Juiz corregedor da CEUNI desrespeita direito de greve** *pág. 05*
- **Na Justiça Trabalhista, horas extras estão sob ameaça** *pág. 04*
- **Anos de Chumbo: Preso e torturado, aposentado conta o que sofreu na Ditadura Militar** *pág. 08*
- **Plenária Nacional da Fenajufe: federação precisa unificar a categoria para retomar a mobilização** *pág. 06*
- **Cultura: Sintrajud abre inscrições para oficina de teatro** *pág. 08*

ARTIGO

Os tentáculos de Cachoeira nos bastidores do Poder

Por Caê Batista

Começam nesta semana os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que pretende investigar o envolvimento de parlamentares com o infrator Carlinhos Cachoeira.

Preso em 29 de fevereiro, na operação Monte Carlo da Polícia Federal, o empresário Carlos Cachoeira é acusado de manter um esquema de jogos ilegais no estado de Goiás.

A investigação da PF chegou, inicialmente, ao Senador Demóstenes Torres (ex-DEM/GO), flagrado defendendo os interesses das empresas de Cachoeira junto a órgão públicos.

Em diferentes esquemas suspeitos, outros nomes graúdos da política nacional apareceram na órbita de Cachoeira. O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), tinha vários assessores ligados a Cachoeira. Situação semelhante acontece com o governador do Distrito Federal, o petista Agnelo Queiroz. Já o senador pelo PSDB mineiro, Aécio Neves, deu emprego a uma prima de Cachoeira, segundo ele, a pedido de Demóstenes. A lista continua.

Nela figura o nome do deputado Protógenes Queiroz (PCdoB-SP), que integra a CPI que investiga Cachoeira. Aliás, uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta por Fernando Collor (ex-presidente da República que sofreu impeachment) e Jayme Campos (acusado de integrar a máfia dos sanguessugas) nos leva a crer que muito pouco será investigado. A conferir.

O que salta aos olhos nessas denúncias é a relação de um assessor próximo do bicheiro, Idalberto Matias de Araújo, o Dadá, com o mensalão, que derrubou quase toda a cúpula do primeiro mandato de Lula.

Ex-sargento da aeronáutica, Dadá é apontado pela PF como o principal articulador de uma ampla rede de gravações clandestinas. De acordo com a revista Isto é, ele teve "participação ativa na gravação que revelou um esquema de corrupção e loteamento político nos Correios que levou ao escândalo do Mensalão".

Nas informações obtidas pela operação Monte Carlo, percebe-se que Dadá passou a atuar como operador de Carlinhos Cachoeira e da empreiteira Delta no Centro Oeste.

Com a CPI, os petistas veem a chance de ofuscar o mensalão. Tanto que, segundo o Estado de S. Paulo, Lula desembarcou em Brasília na quarta-feira (25) para "estimular o PT e a base aliada a bombardearem o governador" de Goiás e o senador Demóstenes.

Segundo afirma a mesma reportagem, Lula está convencido de que "as investigações vão desvendar como operava o que ele chama de 'quadrilha política empresarial'", cujo esquema se aliou à oposição e agiu para fabricar provas contra o seu governo.

Dilma, de sua parte, está preocupada com os efeitos que a CPI podem causar na base aliada do Congresso. Outro aspecto relevante nessa história é que a Delta é a empresa que mais tem contratos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No Rio de Janeiro, a empresa vai abandonar as obras que está fazendo para a Petrobras no Comperj e na Reduc (Refinaria Duque de Caxias). Desde a prisão de Carlinhos Cachoeira, a Delta já deixou as obras de reforma do Maracanã, alegando problemas no seu fluxo de caixa, e agora ameaça deixar a construção da Transcarioca. Em todas as obras, os valores são astronômicos.

O grau de envolvimento de políticos graúdos em complexos esquemas de corrupção mostra que essa prática abarca todos os partidos políticos, sejam da base aliada ou da oposição burguesa. Muito mais do que um escândalo, como tantos outros que infelizmente nos acostumamos a ouvir, o caso que ora surge dá indícios de como funcionam os bastidores do poder. Trata-se de só mais um caso.

E os tentáculos dessas operações são tão grandes que chegam aos estados e prefeituras, envolvendo empresas multinacionais, espionagens ilegais e os partidos já citados. Mais do que esperar alguma solução, aos trabalhadores resta a sua organização e mobilização, pois a mesma classe de políticos que mantém relações com Carlinhos Cachoeira e o beneficia com contratos bilionários, aprovaram a Reforma da Previdência e ajudam o governo Dilma a manter os salários do funcionalismo congelado.

Devolução do Imposto Sindical 2012 começa em junho; campanha de doação continua

O Sintrajud aguarda do TRF-3 a relação com nome e valor do Imposto Sindical descontado dos trabalhadores em março de 2012. Com essas informações (nome, CPF e valor descontado) os 60% que caberiam ao Sintrajud será depositado na conta corrente já informada pelo servidor nos anos anteriores. Os dados serão disponibilizados no site para consulta e cadastro.

Mas o Sintrajud solicita aos trabalhadores que doem os 60% do IS 2012 que caberiam à entidade. Os recursos serão destinados ao fundo de mobilização para garantir as futuras paralisações da categoria.

Esforço semelhante possibilitou, em 2010, a reposição do desconto dos dias parados aos grevistas da Eleitoral, JEF de Americana e TRT. Em hipótese alguma esse dinheiro será utilizado nas despesas ordinárias do sindicato.

Orientações para receber os 60% do IS

Acesse o site www.sintrajud.org.br, clique em Imposto Sindical 2012. No formulário escolha o ano (2010 ou 2011) que deseja consultar. Digite o dado solicitado (RF ou CPF).

Aparecerá seu nome, valor descontado, valor da devolução, o status do depósito (data do crédito ou doação ou em branco ou estorno por dados incorretos) e a conta corrente na qual foi realizado o depósito.

A devolução do IS 2012 será feita na conta corrente que aparece no seu cadastro informada nos anos anteriores. Caso você não tenha cadastrado a conta corrente no IS de 2011, deve fazer para este ano, que servirá para a devolução do IS 2012.

Se houve alteração na conta corrente que aparece no formulário ou o depósito foi estornado por dados bancários inválidos (vide o campo "Status do depósito") clique no campo "atualize a conta corrente", e complete todos os dados solicitados. Ao final clique em enviar.

Se você não recebeu a devolução o campo "Status do depósito" e o campo "dados bancários" estarão em branco. Cadastre os dados bancários e clique em enviar.

Não envie e-mails em outros endereços eletrônicos do sindicato. Esclarecemos que a tarifa bancária de R$ 4,00 será deduzida do valor a receber. A devolução é de 60% do valor do imposto sindical descontado em seu holerite. Foi esse o percentual recebido pelo sindicato. Os prazos e datas para crédito do valor a ser devolvido serão informados no formulário do site.

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião.

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Sírios abandonados pelo mundo

Pedro Cardoso da Costa – Interlagos/SP

Quando começou a onda de lutas por democracia nos países árabes, mereceu enaltecimento a resistência dos egípcios. Multiplique-se por dez e essa será a média de tempo da luta dos sírios.

Se existiu independência de país sem mortes foram em poucos, do mesmo modo com mudança de regime e de governo. Mas o mundo precisa intervir quando isso passa do razoável, se isso for possível quando se trata de vidas perdidas.

Há mais de um ano o governo de Bashar al-Assad vem matando centenas de pessoas por dia sem uma interferência efetiva do mundo, das chamadas potências mundiais, em especial dos Estados Unidos e da França, que nos últimos episódios tem se destacado na liderança. Não há uma explicação na imprensa das razões de tanta omissão. Talvez seja por respeito à chamada autodeterminação dos povos, o que não foi observado nas invasões noutros países, especialmente no Iraque, invadido sob um pretexto mentiroso. Esse princípio não deve servir para justificar o abandono aos sírios, exatamente por não existir naquele país, onde o que reina é uma oligarquia ditatorial.

Outra justificativa poderia ser o temor de interferência militar pelo presidente americano, por medo de uma grande reprovação que possa colcoar em risco a sua reeleição. Nada deveria estar acima da preservação da vida, ainda que possa custar outras baixas. Ou ainda pode faltar à Síria o petróleo que sobra noutros países, e essa pode ser a razão principal de tamanho desinteresse dos países desenvolvidos.

Há também a omissão da sociedade mundial. Não se vê manifestações em frente às embaixadas sírias mundo afora. Não existem pesquisas nem páginas em redes sociais de contra o genocídio sírio. Não se lê nem editoriais contrários ao massacre de civis. Como dito, há mais de um ano os sírios são massacrados diariamente, o que já resultou em mais de oito mil mortos, e nada acontece contra o governo sírio como se isso fosse a coisa mais normal do mundo. Não existe autodeterminação para quem só têm pescoços e cabeças para resistirem aos fuzis.

Cada cidadão tem a obrigação de se manifestar e cobrar ação e a interferência que se fizer necessária de todos Estados, principalmente das potências mundiais. Como as medidas diplomáticas têm sido ignoradas pelo governo da Síria, torna-se necessária a interferência militar. Essa exigência não serve ao governo brasileiro, por já estar acostumado com sua guerra interna, com número anual de mortos cinco vezes maior do que na Síria.

Bacharel em direito

IDEIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para imprensa@sintrajud.org.br, contendo no máximo 2.800 toques. Textos com excesso de caracteres serão devolvidos ao autor.

Os próximos textos publicados neste espaço serão "FELIZ PÁSCOA" e "O SISTEMA DE "MERÇEES" NO JUDICIÁRIO FEDERAL"

SINTRAJUD Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica SIlva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - E-mail: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos/SP - Cep: 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - E-mail: sintrajudsantos@uol.com.br
Subsede Barra Funda: Telefones: (11) 3392-3728 / 9163-6903 / E-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Diego Plenamente | **Tiragem:** 13.000 exemplares

MOBILIZAÇÃO NACIONAL

Dia Nacional de Luta em defesa da aprovação do PCS-4; ato em frente ao TRE, dia 9 de maio

"A união de todos os trabalhadores do Judiciário, em especial dos servidores da Justiça Eleitoral, será muito importante para vencermos o congelamento", alerta diretor do Sintrajud

É hora de retomar a luta para aprovação do PL 6613/09. E a data marcada para esta tarefa nacional é dia 09 maio. Todos os trabalhadores do Judiciário Federal estão convocados a comparecer na porta do TRE para mostrar sua indignação com os seis anos de congelamento salarial e desrespeito à data base.

Os trabalhadores devem reforçar a luta para pressionar que a Cúpula do Judiciário e o Executivo abram um canal de negociação e fechem um acordo orçamentário que garanta a aprovação do PL 6613/09 no Congresso Nacional.

Com a mudança no comando do STF - o ministro Ayres Brito tomou posse no dia 19 - os trabalhadores vão cobrar do novo presidente que assuma o seu papel e cobre do governo Dilma os recursos para a revisão do Plano de Cargos e Salários. E, para isso, a categoria precisa estar mobilizada, do contrário, corre-se o sério risco de amargar outros anos sem reposição salarial. As mobilizações em Brasília são muito importantes, mas se faz urgente a retomada das mobilizações nos estados, e esta é uma tarefa de todos os trabalhadores.

No dia 9 maio encerra-se o prazo para quem tem pendências na Justiça Eleitoral para regularizar sua situação ainda visando às eleições municipais de outubro. No ato será entregue uma carta aberta elaborada pela Fenajufe explicando a necessidade da aprovação do PL 6613/09 e os motivos que levam a categoria a lutar nestes últimos anos.

A data foi definida pela direção da Fenajufe, reunida na quarta-feira dia 18, como um dia nacional de mobilização nos tribunais eleitorais em todo o país.

Assembleia estadual aprova o dia nacional de luta

No sábado, dia 14, a assembleia estadual do Sintrajud definiu a realização das assembleias setoriais para chamar a categoria a ajudar na preparação de uma grande mobilização em frente ao Eleitoral.

"Por estarmos em um ano de eleições municipais, a participação dos servidores do eleitoral, junto com os outros setores da categoria, é fundamental para vencermos o congelamento salarial", alerta o diretor do Sintrajud Maurício Rezzani, que trabalha na Justiça Eleitoral.

A posição do governo Dilma continua a mesma do ano passado. Tanto que neste ano ela já obrigou os deputados as esvaziarem a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) por três vezes. Fez isso para impedir que a comissão tratasse do PL 6613/09.

Para Maurício, é urgente que a categoria retome as mobilizações. Ele destaca que o Sintrajud está atuando na CFT, junto ao STF e na campanha salarial unificada com os demais setores do funcionalismo. "As negociações não estão avançando, mesmo com a atuação em várias frentes. Por isso é importante a participação em todas as atividades organizadas e convocadas pelo sindicato", conclui.

Joca Duarte



14-04-2012 Assembleia Estadual do Sintrajud

FIM DE GESTÃO

Peluso deixa presidência do STF. Trabalhadores do Judiciário criticam sua omissão em relação ao PCS

Ministro Ayres Britto assume o Supremo e categoria já cobra uma postura efetiva em defesa da revisão salarial

Por Caê Batista

Não houve autoridade que tenha ido à solenidade de posse do ministro Ayres Britto na presidência Supremo Tribunal Federal que não tenha visto o protesto dos trabalhadores do Judiciário Federal. O evento aconteceu na quarta-feira, dia 19.

A manifestação cobrou do novo presidente do STF uma defesa efetiva da remuneração da categoria, papel não assumido pelo ministro Cezar Peluso no período em que esteve à frente da mais alta corte do país. Foi um ato de "adeus", organizado pela Fenajufe e vários sindicatos de todo o país, que contou com a presença dos trabalhadores de São Paulo organizados pelo Sintrajud.

No período em que esteve à frente do STF, Cezar Peluso deixou uma marca na relação com os mais de 120 mil trabalhadores do Judiciário: a omissão.

Indicado pelo presidente Lula, o ministro assumiu a presidência do STF em abril de 2010, justamente quando os trabalhadores do judiciário iniciavam uma das maiores mobilizações da história da categoria.

Naquele semestre, em São Paulo, a greve pela aprovação do PCS durou 69 dias. E durante os mais de dois meses de paralisação nos maiores prédios do Judiciário, incluindo o Tribunal Regional Eleitoral – SP, o ministro Peluso recebeu os servidores uma única vez.

Nesta reunião, com dirigentes da Fenajufe, em 22 de julho de 2010, disse à categoria que "o PL 6613/09" estava "tramitando dentro do combinado" e que não havia "motivos para duvidar do governo". Ainda disse que o PCS seria objeto de um acordo, que viria a ser formado após as eleições.

Não houve nenhum acordo e o congelamento salarial da categoria permaneceu. A urgente e necessária revisão salarial obrigou a categoria a ir à greve em 2011, novamente.

E mesmo com uma forte mobilização em importantes estados do país, Peluso se manteve omisso e inerte em relação às justas reivindicações da categoria. A medida mais "efetiva" em torno do PCS foi a inclusão dos recursos necessários à aprovação do PL 6613/09 na proposta orçamentária do Poder Judiciário para 2012.

Porém, o Planalto não incluiu o orçamento do Judiciário no Projeto de Lei Orçamentária anual, num flagrante desrespeito à Constituição, que garante ao Poder Judiciário independência e autonomia financeira. Sobre o assunto, na época, Peluso dedicou algumas palavras à imprensa, dizendo que se tratava de um "equívoco". O fato é que no orçamento de 2012 não constam os recursos requeridos pelo Judiciário.

Às vésperas de deixar a presidência do STF, o ministro Peluso aumentou o tom da crítica à ingerência do Poder Executivo sobre o Judiciário, a outros ministros do Supremo e membros do CNJ. Críticas que repercutiram tão negativamente a Peluso, que ele sequer foi homenageado pelos em sua última sessão como presidente do órgão.

Numa longa entrevista ao site Consultor Jurídico, publicada em quatro partes, desde domingo (15), o Peluso disse que o "Poder Executivo No Brasil não é Republicano, é Imperial".

Referindo-se ao desrespeito à Constituição perpetrado por Dilma, o ministro disse: "A Presidência descumpriu a Constituição, como também descumpriu decisões do Supremo. Mandei ofícios à presidente Dilma Rousseff citando precedentes, dizendo que o Executivo não poderia mexer na proposta orçamentária do Judiciário, que é um poder divergir era o Congresso. Ela simplesmente ignorou", disse ao portal.

Para os trabalhadores do Poder Judiciário, Peluso não deixará saudades.

Joca Duarte



02-12-2012 Ato em frente a casa do Peluso trabalhadores exigem a aprovação do PCS-4



28-06-2011 Ato em frente a FAAP, trabalhadores exigem de Peluso o fim da enrolação: PCS é a solução

Reportagens do Estado de S. Paulo detalham pagamentos suspeitos ao presidente do TRE

Segundo publicações, o benefício era destinado somente à cúpula do TJ-SP e situação do desembargador Navarro pode ser insustentável

Por Caê Batista

A atuação do desembargador Alceu Navarro no Tribunal de Justiça de São Paulo está sob suspeita. Segundo revelou reportagem do jornal O Estado de S. Paulo de sexta-feira (20), o atual presidente do TRE-SP recebeu R$ 640.300 "em valores não atualizados, entre novembro de 2008 e dezembro de 2010", além dos subsídios mensais.

Os valores em si não estão em questão, mas sim o fato de Navarro ter "furado a fila", que é extensa. Principalmente porque na época, ele integrava a Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças do TJ, que é responsável pela liberação do dinheiro. De sua parte, segundo a reportagem, Navarro atribui ao atual presidente da corte, desembargador Ivan Sartori, "a ordem para liberação dos recursos excepcionais em sua conta".

Investigado pelo tribunal paulista, Navarro alega em sua defesa gastos médicos com a família e afirma que não "era ordenador de despesas do TJ, portanto não tinha poderes para mandar pagar a si mesmo indenizações atrasadas", afirma a reportagem.

Sem citar nomes, a reportagem, assinada por Fausto Macedo, ainda afirma que desembargadores do TJ avaliam que a situação de Navarro é insustentável, sendo que alguns defendem que "o expediente que o envolve seja comunicado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Outros pedem a renúncia de Navarro sob o argumento de que o árbitro maior das próximas eleições municipais no principal Estado do País, com 30,6 milhões de eleitores, encontra-se numa "situação fragilizada"".

O atual presidente do TJ, em seu voto ao Órgão Especial, sugere processo disciplinar contra Navarro e outros magistrados. Sartori atribui ao grupo "violações aos princípios da moralidade e da impessoalidade" para "série indeterminada de ilícitos administrativos".

Benefício era restrito à cúpula do TJ-SP

A crise que assola do TJ-SP não tem precedentes, e como visto acima, respinga no TRE-SP, atualmente presidido pelo desembargador Navarro.

Outra reportagem publicada pelo Estadão de segunda-feira (23) revela um documento de 300 páginas que relata casos de magistrados que, entre 2008 e 2010, solicitaram dinheiro ao tribunal, mas cujos pedidos não foram atendidos pela comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças nem pela presidência do tribunal.

O argumento da cúpula para a negativa era sempre o mesmo: "limitação orçamentária", segundo a reportagem.

Também assinada por Fausto Macedo, a matéria afirma que ao mesmo tempo em que "vetaram a liberação de valores reduzidos a seus pares, desembargadores da cúpula do TJ foram contemplados em suas próprias gestões com contracheques milionários".

As suspeitas pesam sobre cinco desembargadores, destes, três integravam a Comissão de Orçamento: Alceu Penteado Navarro, Fábio Monteiro Gouvêa e Tarcísio Ferreira Vianna Cotrim.

Divulgação



Ao lado esquerdo o presidente do TRE/SP, desembargador Alceu Navarro

Nossa opinião

Corrupção estrutural e descaso institucional

Essas denúncias, se comprovadas, evidenciam uma prática muito comum no Poder Público brasileiro: o uso do cargo para benefício próprio.

São recorrentes denúncias contra prefeitos e vereadores de grandes e pequenas cidades, superintendentes de órgãos públicos, entre outros. Agora estamos vendo a instalação da CPI do Cachoeira, que pode devassar partidos governistas e da oposição de direita. Junto a isso, também está tornando-se recorrente as denúncias contra magistrados.

Venda de sentenças, liberação de verbas em benefício próprio, uso do patrimônio público também em benefício próprio são exemplos de práticas existentes no Judiciário.

E nesse meio estão os trabalhadores do Judiciário, que suportam as péssimas condições de trabalho, o crescente volume processual e pressões por produtividade; um conjunto de situações quem permitem e ensejam os casos de assédio moral. Uma realidade agravada pelo congelamento salarial, em vigor há quase seis anos.

Nós trabalhadores do Judiciário precisamos ir à luta para vencermos o congelamento. Mas a nossa luta transcende a questão salarial. Defendemos um serviço público de qualidade, sem corrupção, que atenda aos anseios e necessidades da população. Principalmente a mais carente, que deve ser assistida pelo Estado.

Resolução do CSJT cria regras gerais para o pagamento de horas-extras nas 1ª e 2ª instâncias

Para o Sintrajud, decisão pode prejudicar a categoria, proibindo o pagamento pelo trabalho extraordinário e não regulamenta a compensação de forma criteriosa

Por Caê Batista

Na sexta-feira 20 de abril, o plenário do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) referendou o Ato 280/2011 da presidência do órgão. Publicado em 21 de dezembro do ano passado, o ato cria regras gerais para a realização de horas-extras nas 1ª e 2ª instâncias da Justiça Trabalhista.

De forma unânime o plenário do conselho promoveu duas alterações no texto original. O 2° parágrafo do 8° artigo do Ato foi suprimido. Este trecho determinava que as horas extraordinárias trabalhadas além do limite fixado no artigo (44 horas mensais, 134 horas anuais e o limite de duas horas diárias em dias úteis) não seriam consideradas para nenhum efeito.

Foi aprovada, também por unanimidade, a alteração do 2° parágrafo do artigo 4°, que passará a ter o seguinte teor: "Os servidores exercentes de cargos em comissão não têm direito a horas extras, permitida a compensação do labor excepcionalmente autorizado em sábados, domingos e feriados".

O texto original estabelecia: "os serviços extraordinários prestados por servidores ocupantes de cargos em comissão não serão objeto de remuneração ou compensação".

A decisão do CSJT não altera muito o conteúdo do ato publicado no último dia antes do Recesso Forense. "Na prática, ela referenda regras rígidas para a realização e pagamentos de horas-extras na JT, em âmbito nacional", explica Tarcísio Ferreira, diretor do Sintrajud.

Ele argumenta, porém, que a decisão do CSJT pode trazer prejuízos à categoria, ao determinar que o trabalho extraordinário seja computado, "preferencialmente, para compensação no prazo até um ano".

"Esta prática não está prevista na lei 8.112/90, que determina o pagamento do trabalho extraordinário", diz. "Além disso", argumenta Tarcísio, "a resolução não estabelece critérios claros para a compensação, o que pode fazer com o que o servidor trabalhe em horário extraordinário, mas acabe não usufruindo da compensação", explica.

Joca Duarte



30.06.2011 - Sintrajud em reunião com presidente do TRT-2, Nelson Nazar. Na pauta melhores condições de trabalho diante do gigantesco volume processual.

Horas-extras

O sindicalista ainda argumenta que o trabalho extraordinário causa sérios prejuízos na saúde e na condição de vida do servidor. "Ninguém faz hora-extra porque quer. Quando ela acontece, na maior parte das vezes, é para suprir as demandas do Judiciário. Por isso, deve haver a devida remuneração, como está previsto na legislação", argumenta Tarcísio.

Para ele, a realização excessiva de horas-extras é um sintoma da carência de pessoal existente no quadro da JT, e mais uma demonstração do engajamento e dedicação dos servidores com a atualização dos serviços nas secretarias.

Para minimizar essa situação, segundo o sindicalista, é necessária a contratação de mais servidores, a redução da jornada de trabalho e a imediata reposição salarial da categoria.

ILEGALIDADE

Juiz Corregedor da Ceuni, Paulo Conrado desrespeita o direito de greve e penaliza Oficiais de Justiça

Entidade reivindica que a administração reveja sua posição, atenda a solicitação do sindicato e estabeleça critérios para a regularização dos mandados represados de forma que os trabalhadores não sejam penalizados. Greve é um direito.

Por Juliana Silva

No dia 07 de março os representantes do Sintrajud estiveram com o Juiz Corregedor da Central de Mandados da Seção Judiciária de São Paulo, Paulo Conrado. Foram apresentadas algumas propostas que poderiam minimizar o excessivo trabalho dos Oficiais de Justiça, dado o acúmulo de mandados represados, em virtude da paralisação no ano passado pelo PL 6613/09 e contra o PL 549/09.

Na ocasião, foi apresentada a proposta de que a Administração concedesse um prazo de 60 dias aos Oficiais que aderiram à greve, para atualização dos serviços. No caso de não acolhimento da proposta inicial, a entidade apresentou mais duas propostas, visando buscar uma solução para o excessivo ritmo de trabalho, visto que os Oficiais estavam trabalhando mais de 12 horas por dia para cumprimento dos mandados represados, e ainda estão trabalhando muito acima do razoável em reflexo da greve.

As demais propostas apresentadas foram: "que durante 30 dias apenas fossem realizados os serviços represados, sem a retirada de novos mandados", e a outra no caso de não aceitação da proposta anterior, "que os mandados em atraso, excepcionalmente e fundado no princípio da solidariedade existente entre os servidores, fossem redistribuídos aos demais".

A última proposta apresentada pela entidade foi feita com ressalvas de que deveria haver um referendo dos Oficiais envolvidos, para que nenhuma polêmica fosse gerada com a redistribuição.

Alguns oficiais têm questionado é a pressão e a cobrança constante e excessivamente rigorosa da chefia da CEUNI, em relação ao cumprimento dos mandados judiciais, de modo a buscar metas e uma perfeição que não existe no Judiciário, tirando a tranquilidade para a realização das tarefas que são muitas e complexas.

A situação se agravou ainda mais depois da greve, até por que os Oficiais da CEUNI agora estão fazendo, pessoalmente as citações nos processos de Execuções Fiscais, o que não ocorria anteriormente, conforme prevê a Lei 6.830/80.

Ocorre que no dia 09 de março o Juiz Federal Corregedor, Paulo Conrado, de forma arbitrária e anti-sindical, indeferiu todas as propostas apresentadas pelo Sintrajud, atacando o direito de greve e contrariando a Lei 7783/89 (Lei de Greve), que é usualmente aplicada pelos Tribunais, no âmbito administrativo, após o termino das greves.

O pedido feito pela entidade diz respeito ao direito de todos os Oficiais de Justiça que lutaram pela reposição salarial, pela valorização dos servidores e do serviço público. Sendo assim, para a entidade, é relevante dizer que independente do número de Oficiais envolvidos nas propostas apresentadas, é garantido por lei o direito de negociação da compensação da paralisação.

As medidas tomadas pelo Juiz Corregedor são claramente um ataque aos direitos de greve e organização dos trabalhadores, sua intransigência administrativa faz parte da política do medo utilizada pelas administrações para barrar a organização e luta dos trabalhadores por seus direitos.

Divulgação



Juiz Corregedor da CEUNI, Paulo Conrado

O Sintrajud já entrou com o pedido de reconsideração. Caso o Juiz Corregedor não acolha a solicitação, o pedido deverá ser recebido como Recurso Administrativo com efeito suspensivo.

A entidade espera que o pedido seja novamente apreciado e que a administração da CEUNI, como um administrador, tenha a primazia de estabelecer critérios e prazos para a regularização, de modo que leve em consideração a saúde dos Oficiais da CEUNI que estão trabalhando exaustivamente para dar conta dos mandados represados, visando, inclusive, o interesse público.

Solidariedade

Ainda existe solidariedade entre os Oficiais de Justiça, mesmo antes da decisão do Juiz Corregedor, os Oficiais de Justiça da CEUNI haviam manifestado em abaixo assinado, que ajudariam os demais colegas grevistas com o cumprimento dos mandados represados.

No TRF-3, Orçamento de Assistência Médica e Odontológica sofre redução 32,71%

No ano passado, no TRF, não foram utilizados do orçamento R$ 8,8 milhões, montante bem maior do que a dotação da A.M.O de 2012. Até abril, execução do orçamento disponível estava aquém do ideal

Por Juliana Silva

Estudos do departamento Econômico do Sintrajud mostram que em 2011 o orçamento autorizado de toda a Justiça Federal para a Assistência Médica Odontológica era de R$ 87,1 milhões. Para este ano o orçamento foi reduzido em 0,71%, ou seja, R$ 86,5 milhões, portanto, uma diminuição de R$ 621 mil.

Enquanto, em nível nacional, a redução foi de 0,71%, no TRF-3 a dotação despencou de R$ 7,4 milhões para R$ 5 milhões, uma queda de R$ 2,4 milhões, ou 32,97%. De acordo com o economista Washington Lima, coordenador do departamento e autor do estudo, trata-se de "uma redução muito expressiva, ainda mais agravada pelo quadro caótico que se encontra a Assistência Médica nesse Tribunal Federal".

O estudo confirma que parte importante do problema atual da JF está relacionada à redução orçamentária. Há anos a média do valor inserido no orçamento por beneficiado (trabalhador e dependentes legais) permanece congelada em R$ 90 reais. Isso faz com que o valor pago pelos trabalhadores com o Plano de Saúde aumente. Situação que se agrava com o atual congelamento salarial.

Orçamento por beneficiário em outros tribunais

Há uma discrepância nos valores recebidos pelo TRF-3, se comparado a outros tribunais. No STJ a média é de R$ 360,66, já o CNJ é de R$ 180,55 e no STF é de R$ 165,09.

Execução do orçamento com o A.M.O.

Não bastassem os cortes, o estudo revela que a execução do orçamento em 2012 com a Assistência Médica, nacionalmente, está aquém do "percentual ideal". Do total disponível em abril para esse benefício, R$ 86,5 milhões, apenas R$ 10,8 milhões haviam sido liquidados, ou seja, 12,55%, quando deveria estar em torno de 26,30%.

Folga no orçamento do TRF-3

O montante não executado em nível nacional é de R$ 11,9 milhões, mais de duas vezes o orçamento desta rubrica no TRF-3 para o ano. Para o economista "além das possibilidades de remanejamento com o orçamento de 2012 para o benefício, há também como remanejar de outras rubricas para reforçar ainda mais a dotação", afirma.

Dinheiro perdido

O estudo mostra também que anualmente uma parte da dotação autorizada é perdida. "Em 2011, com o orçamento já fechado, não foram liquidados R$ 98,3 milhões do orçamento. No TRF-3 foi inutilizado no orçamento do ano passado R$ 8,8 milhões, um montante bem maior do que a dotação da A.M.O. do Tribunal em 2012", esclarece Washington.

Jesus Carlos



Trabalhadores mobilizados, em 2011, contra o reajuste abusivo no Plano de Saúde

Para o economista, "além de pressionar as administrações da JF para que em 2013 seja maior o orçamento com A.M.O., pode-se ainda em 2012 reforçar a dotação do TRF-3, ou pelo remanejamento do orçamento da própria A.M.O. de outras Unidades Orçamentárias da JF, e/ou pela redistribuição do orçamento de outras rubricas, particularmente da denominada de Outras Despesas Correntes – GND 3, que apresenta saldo expressivo na execução orçamentária", afirma.

A íntegra do estudo pode ser vista no site www.sintrajud.org.br

UNIDADE E LUTA

Fenajufe precisa fortalecer a unidade da categoria para defender seus direitos e conquistar o PCS-4

Delegados que participam da Plenária Nacional, entre 04 e 06 de maio, devem ajudar a construir a greve nacional para aprovação do PCS-4

Em 2012 a Fenajufe completa 20 anos de atuação em defesa dos trabalhadores do Judiciário. É uma longa estrada de lutas e conquistas, onde os trabalhadores, nacionalmente tiveram a federação como o seu "carro chefe" na construção das greves e mobilizações, nos estados e no Distrito Federal.

Infelizmente essa tradição sofreu um importante revés após a eleição do governo Lula. A partir daquele momento, a direção majoritária da Fenajufe, ligada ao PT, passou defender o governo, fragilizando as lutas da categoria. Situação que se agravou depois da aprovação do PCS-3, quando Roberto Policarpo, hoje deputado federal (PT-DF), tentou impedir as lutas da categoria para blindar o governo Lula. Prática idêntica ao que acontece no Sindjus-DF.

Diante desse cenário, o Sintrajud passou a encabeçar um movimento de oposição nacional – LutaFenajufe – atuando para que a federação retome a sua tradição de luta e atuação de forma independente de governos, administrações e partidos. Atualmente, o LutaFenajufe aglutina sindicatos de sete estados e várias oposições estaduais.

Joana Darc



05-06-2011 16ª Plenária Nacional da Fenajufe, no Rio de Janeiro

Governo endurece, trabalhadores precisam se unir

Agora, diante do endurecimento do governo Dilma Rousseff contra o funcionalismo público, neste caso, os trabalhadores do Judiciário, a Fenajufe tem um grande desafio: unificar a categoria para combater a política de ataques e a categoria precisa estar unida para enfrentar os ataques e conquistar o reajuste salarial.

A direção da Fenajufe precisa resgatar o espírito de luta dos trabalhadores e construir a unidade. Só assim, será capaz de mobilizar toda a categoria contra o congelamento salarial, pela aprovação do PCS-4 e contra o PL 549/09, entre outros projetos que retiram direitos e que só serão derrotados com a unidade de todos os trabalhadores.

A Fenajufe precisa se reafirmar como instrumento de organização dos trabalhadores, definir as estratégias de lutas para impedir as políticas que retiram direitos da categoria e sucateiam os serviços públicos. Só a união levará os trabalhadores à vitória.

Organizar para lutar

A categoria luta hoje por sua pauta específica que é a aprovação do PCS-4. Mas, não há dúvidas que este momento exige uma ação mais efetiva por parte da Fenajufe, para ajudar os estados a traçarem ações que consigam superar os desafios que estão colocados e mobilizar os trabalhadores a retomarem as greves históricas.

Além disso, a federação precisa construir unidade dentro da categoria para superar a divisão entre os que defendem modelos diferentes de reajuste, para avançar na luta e conquistar o PCS-4.

Reuniões Ampliadas

É preciso resgatar os fóruns deliberativos da Fenajufe para reconstruir a unidade dos trabalhadores, fortalecer suas instâncias para definir uma pauta unitária, bem como um calendário de lutas que organizem a categoria para aprovação do PCS-4.

A direção da Fenajufe precisa apontar as dificuldades que estão colocadas para a categoria no processo de negociação para aprovação do projeto de reposição salarial. Ilusões com acordos de gabinete e sem convocar a base para uma mobilização que potencialize a luta não ajudará na organização e na consciência dos trabalhadores.

Uma das funções da federação é denunciar os que estão enrolando e atacando a categoria. A Fenajufe, entretanto, deixou de cumprir este papel. A federação precisa retomar sua função de pólo aglutinador das lutas da categoria, para que não paire dúvidas de que lado ela está, resgatando, portanto, a confiança dos trabalhadores neste processo de negociação para aprovação do PCS-4.

Unir para fortalecer

Em 2008, na XIV Plenária Nacional da Fenajufe, houve uma decisão do campo majoritário de sair da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (CNESF). Na época a direção aprovou uma resolução de que a Fenajufe se retiraria da Coordenação caso esta continuasse criticando o ex-presidente Lula, que assim como o atual governo, era o principal responsável pelos ataques aos trabalhadores.

Hoje, com a intransigência do governo Dilma ao impor sua política de congelamento salarial, os trabalhadores do Judiciário precisam somar forças com outros setores do funcionalismo. A história mostra que a fragmentação das categorias teve um único resultado prático: a derrota.

Ficar de fora da CNESF pode significar a continuidade do isolamento nas lutas e a fragmentação dos trabalhadores. E este cenário serve apenas para "facilitar" a política do governo de reajuste zero e de retirada de direitos, como a recente aprovação do Funpresp, que ataca a Previdência Pública dos trabalhadores do funcionalismo.

É preciso unir as pautas gerais e específicas dos trabalhadores para avançarmos juntos contra as políticas de ataque do governo e das administrações; essa deve ser a grande tarefa da federação: construir a resistência dos trabalhadores.

Desafios da XVII Plenária Nacional

Um dos maiores desafios dos trabalhadores a XVII Plenária Nacional da Fenajufe, que acontece entre os dias 04, 05 e 06 de maio, São Luis, do Maranhão, será a construção da unidade dos trabalhadores em defesa de seus direitos e contra o congelamento salarial.

Os representantes do Sintrajud participarão da Plenária, ao todo serão 12 delegados e sete observadores. Para contribuir com os debates os representantes apresentarão duas teses "Unir a classe trabalhadora para além do capital" e "Contra a política de Dilma de congelamento e privatização da previdência".

Reunião dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, dia 02, discutirá a pauta de reivindicação do setor

Além das questões administrativas, a categoria também debaterá sua participação e intervenção na XVII Plenária Nacional da Fenajufe.

O Núcleo dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais vem travando duras batalhas por melhores condições de trabalho e pela reposição salarial. Para ajudar na organização, o segmento vai realizar sua reunião próximo dia 02 de maio, às 14h30, no auditório do Sintrajud, localizado na Rua Antonio de Godoy, 88, 15ª andar.

Vários pontos estão na pauta, entre eles: a aposentadoria especial, porte de armas, Cojaf, 17ª Plenária Nacional da Fenajufe, Central de Mandados da Justiça Federal de Osasco, CEUNI, entre outros pontos de interesse do segmento.

Todos os Oficiais de Justiça seja da Trabalhista e da Federal estão convidados para a reunião.

Kit Gaion



15-03-2012 Reunião do Núcleo dos Oficiais de Justiça realizada no sindicato

ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO

Seminário sobre Organização Sindical foi o tema da 35ª Reunião do Conselho de Base

Burocratização e profissionalização de dirigentes, ampliação da participação dos trabalhadores nos fóruns do sindicato e foram os temas do seminário.

Por Juliana Silva e Caê Batista

Realizada em 14 de abril, a 35ª Reunião do Conselho de Base discutiu "Organização Sindical de Base". Para o Sintrajud, discutir as formas de organização no local de trabalho visa trazer a categoria para dentro do sindicato, ampliando a sua participação e democratizando os espaços de decisões da entidade.

O tema é de tanta relevância para a classe trabalhadora, que se tornou o eixo de convocação do 1º Congresso Nacional da CSP-Conlutas: "Avançar na Organização de Base".

"Não há um nível de organização de base ou de intervenção, que tenha como foco ou um resultado prático, um amplo processo de organização de base tanto da Central como da classe trabalhadora", pondera Dalmo Vieira Duarte, diretor do Sintrajud, um dos palestrantes do dia.

Ele diz que é preciso refletir sobre as dificuldades de intervenção das entidades sindicais e analisar a consciência da classe, para entender por que os trabalhadores não se organizam.

Para Dalmo, a implementação do Imposto Sindical, por Getúlio Vargas, foi um retrocesso, pois a contribuição compulsória desobriga o sindicalista a conscientizar os trabalhadores da importância de contribuir com o sindicato.

As experiências do movimento sindical do começo da década de 1920 e nos anos 1980, no ABC, segundo Dalmo, mais se aproximam de uma "real e efetiva" da organização sindical.

Dalmo também questionou a profissionalização política de dirigentes e afirmou que é necessário o rodízio de lideranças. "Ao se afastar da base, o dirigente não reflete mais o que a base diz", pondera.

Dirigente da Coordenação Estadual da CSP-Conlutas, Joaquim Aristeu da Silva disse que o PT e a CUT foram importantes instrumentos para a classe trabalhadora, "mas se burocratizaram e hoje cumprem um papel nefasto, do governo".

Lembrando das participações massivas dos trabalhadores nas assembleias dos anos 1970 e 80, Joaquim avalia que houve um retrocesso. "Há uma contradição, naquele período a ditadura militar batia forte, não quer dizer que não bata forte hoje, mas as assembleias eram mais democratizadas, pois as discussões se davam mais no chão da fábrica", lembra.

Para Joaquim, se o sindicalista passa a ideia de que trabalhador não dirige o sindicato é um sinal burocratização: "Às vezes vamos fazer uma assembleia, e os trabalhadores nem sabem o que vai ser discutido... há também aquele dirigente que quando liberado desaparece do seu local de trabalho, e só aparece na época de campanha salarial" lembra.

Para Joaquim, combater a burocratização é democratizar os sindicatos, "fazendo que a informação chegue ao trabalhador, e que este participe do dia-a-dia da entidade, com participação real nos conselhos de representantes para tirar o poder das direções".

No governo Lula, a CUT abandonou a luta dos trabalhadores e "a construção de outro projeto era inevitável", afirma Dirceu Travesso, da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas.

Porém, Didi adverte: "Não foi um problema genético, e sim uma luta política, de concepção, e também um processo de burocratização".

Joca Duarte



14-04-2012 Conselho de Base, trabalhadores discutem Organização de Base

Para ele deve haver medidas de controle e rodízio dos dirigentes. Mas Didi diz que sem entender o centro do problema que estamos vivendo, corre-se o risco da imposição de medidas ineficientes.

Segundo disse, há uma ofensiva ideológica fortalecendo concepções individualistas. Isso acaba esvaziando as ações sindicais.

Didi diz que no estatuto da entidade há um mecanismo de rodízio de dirigentes. "A eleição não é nominal e sim pela organização que o dirigente representa, podendo mudar a qualquer momento", esclarece.

Para Dirceu, aprofundar o debate sobre a burocratização e a organização de base é uma tarefa dos que estão engajados na CSP-Conlutas, lutando pela unidade. Por isso, segundo Didi, em todos os debates deve prevalecer a soberania da base: "podemos divergir, mas quem decide é a base. Certa ou errada, temos que acatar", afirma.

Para Didi a construção da CSP-Conlutas possibilita mostrar outra concepção: "isso não quer dizer que estamos ótimos, mas temos um pólo que pode dar a luta política", explica.

PREVIDÊNCIA/ APOSENTADOS

Trabalhadores aposentados do funcionalismo se unem pela aprovação da PEC 555/06

Encontro Nacional reafirma que a Previdência Social é superavitária e apresenta o plano de ação para aprovação da PEC 555/2006

Por Juliana Silva

O Encontro Nacional pela Previdência Social, realizado no último dia 16, no Centro Professorado Paulista, contou com a participação de vários parlamentares e de cerca de 600 trabalhadores públicos representando as mais de 171 entidades que compõe a Frente Nacional em São Paulo, entre elas está o Sintrajud.

Para os coordenadores da Frente Nacional pela PEC 555, é imediata a luta pela aprovação da PEC 555/06, que acaba com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos trabalhadores públicos aposentados, implantada na Reforma da Previdência de 2003.

Devido ao substitutivo apresentado pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), que propôs a redução da cobrança previdenciária em 20% por ano até a sua completa extinção, a PEC 555/2006 avançou na Câmara e pode ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Joca Duarte



16-04-2012 Encontro Nacional sobre PEC 555 conta com a participação dos aposentados do Sintrajud

Para os representantes da Frente, a mobilização que fez aprovar a PEC 270/08, transformada na Emenda Constitucional nº 70 (resgatando o direito ao provento integral dos aposentados por invalidez), mostra que a unidade leva os trabalhadores ao caminho certo.

Previdência é superavitária

Não faltaram críticas ao governo e ao Congresso sobre a tentativa falaciosa de dizer que a Previdência é deficitária, isso porque o governo considera apenas as contribuições sobre a Folha de Pagamento, excluindo outras fontes previstas em lei (CLSS, CONFINS, Loterias, PIS e outros).

Estudo realizado pelos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil desmente o governo, comprovando que somente no 1º semestre de 2009, o superávit da seguridade superou 20 bilhões. No ano passado, este superávit ultrapassou os 50 bilhões. Os auditores consideram que para este ano esse valor será ainda maior, devendo chegar aos R$ 60 bilhões.

Para contribuir com o discurso do governo de que a Previdência é deficitária, há também a manipulação de valores aprovados no Congresso Nacional, a chamada desvinculação que retira dinheiro da Seguridade que são passadas deliberadamente para outras pastas.

O Encontro Nacional também debateu o "Panorama atual da Previdência Social", apresentado pelo Assessor Parlamentar do Diap, Antônio Augusto de Queiroz, "Toninho" e "A farsa da previdência Social no Brasil", com Vanderley José Maçaneiro, Assessor Econômico da ANFIP.

Plano de Ação

A coordenação nacional da Frente apresentou um plano de ação para aprovação da PEC 555/2006: intensificar o trabalho parlamentar principalmente por se tratar de um ano de eleição, municipalizar o movimento até torná-lo nacional, reivindicar o respeito aos aposentados, desenvolver um intenso trabalho através das mídias sociais.

Para ajudar na comunicação e na divulgação das atividades e tarefas a Frente disponibilizará todas as informações no blog: http://frente-sp-555.blogspot.com.br/ . Por isso é importante que todos acessem e ajudem na construção da mobilização para aprovação da PEC 555/2006, pois essa luta é de todos os ativos e aposentados.

DITADURA MILITAR

O aposentado Joel Andrade preso e torturado relata em entrevista a experiência dos anos de Chumbo no Brasil

"No dia 12 de abril de 1975 eu estava na minha casa dormindo quando fui acordado às 6h da manhã e levado preso para o DOI-CODI com capuz na cabeça. Lá eu passei por momentos muitos difíceis, fui colocado no pau de arara e na cadeira do dragão".

Joca Duarte



Aposentado da Justiça Federal, Joel Andrade foi preso e torturado na ditadura

O mês de abril foi marcado por várias manifestações que lembraram os 48 anos do golpe Militar. O Sintrajud em respeito, à memória, dos trabalhadores que também foram presos e torturados pelo regime, publica a entrevista com aposentado da Justiça Federal, Joel de Andrade Teixeira.

Jornal do Judiciário – Como o senhor lembra o cenário brasileiro que culminou no golpe?

Joel - A Ditadura foi um ato de força utilizado e todos foram pegos de surpresa, apesar das movimentações dos militares para que o golpe avançasse. Estávamos "dormindo", pensando que o golpe não iria acontecer e que não atacariam tão violentamente a população. Além das ações de repressão eles (militares) tiveram o apoio do imperialismo norte-americano, inclusive com o reforço da esquadra norte-americana.

JJ - Qual a organização que o senhor militava e como foi à prisão?

Joel – Era militante do PCB e atuava nos movimentos populares. Estava na categoria de aeroviário. Éramos poucos, fizemos a luta de massa dentro dos sindicatos e das organizações de base. Mas no dia 12 de abril de 1975, eu estava na minha casa dormindo, quando fui acordado às 6h da manhã e levado preso para o DOI-CODI, com capuz na cabeça. Lá eu passei por momentos muitos difíceis, fui colocado no pau de arara, na cadeira do dragão e tomei choque nos ouvidos, hoje tenho problema na audição.

JJ – O senhor ficou quanto tempo nas mãos dos torturadores?

Joel – Fiquei aproximadamente um mês e era torturado todos os dias. Trabalhava na Transbrasil e quando eu voltei para o meu posto fui mandado embora devido à prisão, dado a demissão hoje eu recebo uma indenização. Desde a ditadura sempre militei em prol do movimento social, como milito hoje no sindicato, para que a classe trabalhadora deixe de ser explorada e criarmos um novo sistema onde não haja a exploração do homem pelo homem.

JJ – Qual o sentimento do senhor com a comemoração dos militares nos 48 anos do Golpe?

Joel – Foi de repulsa, por que eles se fazem de "coisa morta" daquela barbaridade que cometeram. Eles devem ser punidos. Sabemos que o Brasil está sendo condenado pela OEA por não ter condenado os torturadores do jornalista Vladimir Herzog e de muitos outros brasileiros que foram torturados nas mãos destes mesmos militares que hoje estão se dizem inocentes.

JJ – Sobre a Comissão da Verdade, qual é a avaliação do senhor?

Joel – Isso reflete uma fraqueza do governo, por que até hoje ainda não foram escolhidos os membros desta comissão que precisam realmente atuar. Na comissão devem estar pessoas de valores e que realmente compreendam os direitos de quem foi torturado e precisa de reparação. Eu tenho dúvidas quanto ao papel da Comissão da Verdade, mas vamos aguardar.

JJ – E a relação do governo Dilma Rousseff com os torturadores da Ditadura?

Joel – No sistema capitalista o governo é o administrador da burguesia, e Dilma está administrando os interesses e a economia para fortalecer os mecanismos da burguesia, por isso ela está sendo um instrumento deste setor contra os trabalhadores.

Sintrajud abre inscrições para Oficina de Teatro

Interessados devem procurar o departamento sociocultural entre 12h e 20h.

Os sócios do Sintrajud que quiserem conhecer o fazer dessa atividade cultural pode participar das Oficinas de Teatro do Sintrajud, que estão com as inscrições abertas. Programadas para começar às 20h do dia 17 de maio, as oficinas devem acontecer todas as quintas-feiras, com uma hora e meia de duração.

Os interessados devem entrar em contato com o Departamento Sociocultural, de 12h às 20h, falar com Telma ou Ediana, mas para participar, o servidor deve ser sócio do Sintrajud.

Para o diretor Jairo Maciel, que ministra as oficinas e dirige o grupo teatral Erga-Omnes, entre as diferentes formas de arte, certamente, "o teatro é aquela que mais assimila as necessidades humanas". O grupo é formado por servidores do Judiciário Federal.

Para Jairo, o teatro é um jogo que aproxima os indivíduos, formando grupos, "tão importantes ao convívio humano". O diretor afirma que o teatro pode ensinar divertindo, ou mesmo brincando. Trata-se, porém, de uma brincadeira séria. "O ator não deve perder nunca o extremo prazer de exercer a sua arte, enquanto vive em cena os mais graves problemas da vida humana", diz.

A oficina está planejada para acontecer em duas etapas: prática e teórica. "Estou propondo, nas oficinas, trabalhar esse jogo do brincar e se divertir e ao mesmo tempo discutir os problemas da vida em comunidade – a comunidade do judiciário federal", explica.

Segundo Jairo, a execução metodológica destas oficinas estará subsidiada por estudos de "alguns importantes pedagogos que em muito contribuíram para o desenvolvimento do fazer cênico no mundo ocidental".

A partir do conteúdo de Augusto Boal, Ingrid Koudella, Constantin Stanislavski, Bertolt Brecht, Jerzy Grotovski, Meyrhold a oficina trabalhará o aquecimento vocal, aquecimento corporal, interação, improvisação, entre outros.

"Considero que a interação e a improvisação serão os pontos culminantes das oficinas, pois a partir desses dois tópicos os indivíduos participantes começarão a perceber a si e o outro", argumenta Jairo.

Ele explica que ao passo que aprendem a jogar e se submetem às regras estabelecidas, através da construção de personagens, os aprendizes propõem "modificações da sua realidade e da realidade do mundo como um todo".

"Assim, as nossas oficinas terão: jogos, improvisações; desbloqueamento; relaxamento; sensibilização; dicção (voz); coordenação motora (corpo) etc", diz.

Joca Duarte



12-12-2011 Grupo de teatro do Sintrajud estreou a peça Bertolt Brecht no espaço Satyros

Na medida em que os participantes forem desenvolvendo habilidades teatrais poderão participar do grupo Erga Omnes, que já apresentou várias peças na cidade de São Paulo: Uma jornada de humilhações; Nas sombras da cidades; Nas sombras da cidade II; Liberdade, liberdade; O Mendigo ou o Cachorro Morto. O grupo teatral é formado só por trabalhadores do Judiciário Federal.

"É de grande valia a participação dos servidores nesta oficina de teatro. Além da importante integração social que ocorre entre os participantes, que muitas vezes não possuem a oportunidade de ao menos se conhecer durante o dia a dia, com a oficina de teatro teremos consideráveis aprendizados artísticos, melhorando nossa saúde mental e física. Venha conhecer a oficina. Experimente um dia, vale a pena!", convida Henrique Sales, servidor da JT Barra Funda e responsável pelo Departamento Sociocultural do Sintrajud.